

# A crise hídrica de 2020-2022 em Curitiba e Região Metropolitana nas notícias do jornal digital Gazeta do Povo

The 2020-2022 water crisis in Curitiba and the Metropolitan Region in the news of the digital newspaper Gazeta do Povo

Débora Rocha Faria JORGE<sup>1\*</sup>, Dhyeisa Lumena ROSSI<sup>1</sup>, Myrian Regina DEL VECCHIO-LIMA<sup>1\*\*</sup>

Artigo recebido em  
25 de abril de 2025

Versão final aceita em  
21 de agosto de 2025

Publicado em  
16 de junho de 2026

**Resumo:** Em março de 2020, a crise hídrica que assolou Curitiba e Região Metropolitana, simultaneamente à pandemia de covid-19, ficou evidente para a população a partir da adoção do rodízio de abastecimento de água pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Ao abordar este tema, adota-se a concepção de risco cuja premissa decorre de escolhas políticas ou econômicas realizadas e compreendidas no contexto em que foram tomadas. Também se entende que uma crise hídrica não se limita a períodos de secas prolongadas, mas tem relação com diversos fatores (naturais/climáticos, socioeconômicos, tecnológicos e político-administrativos) que devem ser analisados de forma conjuntural. Neste artigo, aplica-se a análise de enquadramento noticioso com o objetivo de compreender como o jornal digital Gazeta do Povo abordou essa crise hídrica histórica em 2020. A seleção das 65 matérias foi realizada no site do jornal, por meio de mecanismo de busca, utilizando-se de palavras-chave. A abordagem de enquadramento foi observada na forma e disposição do conteúdo, considerando o título, o lead e o corpo do texto. Além disso, foram mapeados os atores que aparecem nas notícias e a abordagem de suas falas. Evidenciou-se o fato de que os enquadramentos das notícias analisadas deram ênfase dominante, quase exclusiva, ao enfrentamento e aos riscos claramente associados às questões naturais, ignorando aqueles relacionados a elementos tecnológicos, sociais e de gestão. As raras menções sobre os efeitos da crise hídrica remetem à percepção de que o único fato concreto relacionado ao fenômeno é a falta de água na torneira. O efeito da crise climática sobre o fenômeno não foi mencionado. As pessoas e comunidades afetadas não foram ouvidas nas matérias e nos enquadramentos que abarcaram a experiência social na comunicação do risco hídrico.

**Palavras-chave:** escassez hídrica; comunicação de risco; enquadramento de notícias; Curitiba; Gazeta do Povo.

**Abstract:** In March 2020, the water crisis that ravaged Curitiba and its Metropolitan Region, alongside the Covid-19 pandemic, became evident to the populace following the implementation of a rotational water supply system by the Paraná Sanitation Company (Sanepar). In addressing this phenomenon, this study adopts a conceptualization of risk predicated on the notion that it emanates from political or economic choices made and understood within their specific contexts. Furthermore, it is posited that a water crisis is not solely confined to prolonged drought periods but is intricately linked to a diverse array of natural/climatic, socioeconomic, technological, and politico-administrative factors that must be analyzed in a conjunctural manner. This article applies news framing analysis to ascertain how the digital newspaper Gazeta do Povo covered this historic water crisis in 2020. A selection of 65 articles was retrieved from the newspaper's website, utilizing a search engine and specific keywords. The framing approach was observed in the form and disposition of content, considering the title, the news lead, and body of the text. Additionally, the social actors featured in the news and the framing of their discourse were mapped. The findings indicate that the predominant frames in the analyzed news coverage placed a dominant, almost exclusive, emphasis on crisis management and risks clearly associated with natural issues, neglecting those related to technological, social, and governance elements. Rare mentions of the water crisis's effects were confined to the perception that the sole concrete manifestation of the phenomenon was the lack of water availability at the tap. The influence of the climate crisis on the phenomenon was notably absent from the discourse.

1 Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

\* E-mail de contato: [rochafariadebora@gmail.com](mailto:rochafariadebora@gmail.com)

\*\* E-mail de contato: [myriandel@gmail.com](mailto:myriandel@gmail.com)

Moreover, the voices of affected individuals and communities were not included in the articles or in the frames that encompassed the social experience in the communication of water risk.

**Keywords:** water shortage; risk communication; news framing; Curitiba and Metropolitan Region; Gazeta do Povo.

## 1. Introdução

O Brasil é reconhecido por concentrar grande parte da água doce do mundo em seus diversos sistemas aquáticos continentais – rios, lagos, represas, áreas alagadas, córregos etc. Cada sistema está inserido em uma bacia de drenagem – composta por redes, onde a água é acumulada naturalmente ou artificialmente na superfície ou em subsuperfície (água subterrânea) – que mede o processo de transferência da água para canais, lagos e reservatórios superficiais ou subterrâneos. Embora o país tenha boa disponibilidade hídrica, essa riqueza não está distribuída de forma equitativa, sendo que a bacia amazônica detém 70% da produção hídrica do Brasil (Barbosa et al., 2019).

É válido lembrar que, embora a água doce seja considerada um recurso renovável, isso só acontece via ciclo hidrológico, ou seja, qualquer dinâmica que interfira na renovação da água gera efeitos na sua disponibilidade. O século XX foi marcado pelas severas alterações nos sistemas aquáticos continentais decorrentes da construção massiva de infraestruturas, grandes barragens, transposição de água entre bacias, sistemas de tratamento e distribuição de água, dentre outros. Além disso, há a transformação no padrão do uso da água e os efeitos decorrentes das mudanças climáticas em processo acelerado. Ainda que muitas dessas transformações tenham trazido benefícios socioeconômicos, como a diminuição da incidência de doenças de veiculação hídrica e a ampliação do uso de água na agricultura e na indústria, elas também ocasionaram grandes problemas sociais e ambientais, como o deslocamento de contingentes de populações, a destruição de áreas alagáveis e de sua biodiversidade, dentre outros (Gleick, 2003, conforme citado em Barbosa et al., 2019).

A maior parte da população mundial já vive em áreas urbanas e a previsão é que até 2030 chegue em 60%, segundo o Fundo de População das Nações Unidas (Unpa). O fenômeno de urbanização traz mudanças na forma de viver: concentração de pessoas em uma área, local de trabalho, qualidade da água e do ar, estilo das moradias e alimentação etc (Leitão, 2009).

A evolução dos usos da água se relaciona diretamente com os processos e modelos de urbanização e desenvolvimento econômico, fato que pode ser constatado ao observar o Brasil nos anos 1940, quando os municípios utilizavam a água majoritariamente para fins de abastecimento humano e animal, assim como para atividades na área rural. Entre as décadas de 1950 e 1980, com o avanço da urbanização e o modelo de desenvolvimento econômico prevalente, a diversidade de usos foi ampliada, especialmente para fins industriais e para a agricultura irrigada. A partir dos anos 2000, e especialmente na última década, houve intensificação ainda maior do uso da água na agricultura irrigada, o que consolida o setor como o de maior consumidor da água no país (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico [ANA], 2019, 2024).

Segundo a Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) (2019), a partir de 2012 observou-se uma redução na oferta de água devido à crise hídrica em várias regiões do país, causada por diversos fatores naturais e antropogênicos, e à desaceleração na economia brasileira. Mesmo assim, de acordo com a mesma fonte, a previsão é de aumento da demanda por água no Brasil em 24% até 2030.

A agricultura irrigada é o uso hídrico predominante na região Sul do país desde a década de 1930. Atualmente, a demanda de uso de água na bacia do Rio Paraná, segundo suas categorias, é de 38% para irrigação, 35,8% para abastecimento humano, 19,3% para indústria, 8,2% para uso animal, 1,7% para energia termelétrica, 1% para abastecimento rural e 0,2% para a mineração (ANA, 2019).

Em situações de escassez, segundo a Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997), a prioridade deve ser dada ao abastecimento humano e à dessedentação animal. É válido ressaltar que o abastecimento urbano é realizado de forma concentrada no território por meio de sistemas complexos, o que configura um desafio para a segurança hídrica em áreas de concentração populacional (ANA, 2019).

Diante do exposto, é possível constatar que a crise hídrica tem relação com diversos fatores – naturais/climáticos, socioeconômicos, tecnológicos e político-administrativos – e que sua relação não é linear e causal, necessitando, portanto, conjugar uma série de fatores para compreendê-la. Um exemplo disso é a crise hídrica vivenciada na região Sudeste, de forma mais dramática na capital do estado de São Paulo e na sua Região Metropolitana (RMSP) entre os anos de 2013 e 2015.

Segundo o dossiê da Crise Hídrica, publicado na *Revista da USP* em 2015, os autores indicam que a crise não se limita somente a períodos de secas prolongadas, mas que ela é resultado de desequilíbrios hidrológicos que interferem nos ciclos naturais, no funcionamento dos ecossistemas e nas economias regionais e locais (Tundisi & Tundisi, 2015) somados ao aumento substancial da demanda de água, à má governança dos recursos hídricos em âmbito estadual e regional e às condições de conservação das áreas produtoras de água bruta no Sistema Cantareira, no caso da região Sudeste (Jacobi et al., 2015).

Além disso, o grau de urbanização elevado, o uso intensivo do solo e a ineficiência de gerenciamento são fatores que contribuíram para o agravamento da situação naquele caso em estudo (Tundisi & Tundisi, 2015). Outros elementos importantes no entendimento sistêmico deste cenário são os períodos de secas vivenciados no Nordeste brasileiro em 2011 e as cheias e secas na Amazônia e no Sul, que se correlacionam com a alta do Atlântico Sul (Asas)<sup>1</sup> e a formação de canais de umidade (ou falta de umidade) oriundos da

1 As Altas Subtropicais são sistemas de alta pressão localizados em torno de 30 graus de latitude nos principais oceanos de nosso planeta. No Atlântico Sul, a Alta Subtropical (Asas) é de grande importância para o clima da América do Sul, afetando o clima do Brasil no inverno – inibindo a entrada de frentes frias, causando inversão térmica e concentração de poluentes em centros urbanos das regiões sul e sudeste –, e no verão, influenciando no transporte de umidade, favorecendo a formação de nevoeiros e geadas nesta região (Bastos & Ferreira, 2000).

Amazônia, responsáveis pela ocorrência de chuvas regulares no centro-sul do país ou por secas prolongadas (Jacobi et al., 2015).

A possibilidade de ocorrência de impactos adversos em sistemas humanos e naturais devido a eventos climáticos extremos ou mudanças graduais no clima se enquadra como risco climático. Segundo o IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change [IPCC], AR5, 2014; AR6, 2022), o risco climático é resultado da interação entre três fatores principais: a ameaça (eventos climáticos como secas, inundações ou tempestades); a exposição ao risco (presença de populações, infraestrutura ou ecossistemas vulneráveis); e a vulnerabilidade (sensibilidade ou suscetibilidade a danos e capacidade limitada de adaptação ou resposta). A partir desse conceito fundamental, podem-se analisar os riscos climáticos e compreender como as mudanças climáticas afetam diferentes regiões e populações de maneira desigual, tornando alguns territórios mais suscetíveis a desastres ambientais e sociais.

Curitiba e Região Metropolitana (RM), território desta investigação, estiveram sob os efeitos da crise hídrica a partir de março de 2020, fato que provocou a adoção de rodízio no abastecimento de água, do dia 18 de março daquele ano até 19 de janeiro de 2022. A mídia divulgou a situação de crise com base no baixo nível de água nas quatro barragens do Sistema de Abastecimento de Água Integrado de Curitiba e Região Metropolitana – Saic (Iguaçu, Passaúna, Iraí e Miringuava) responsável pelo abastecimento com água tratada de dez municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais, e os baixos índices pluviométricos acumulados entre junho de 2019 e março de 2020 (Companhia de Saneamento do Paraná [SANEPAR], 2013).

A RM e a capital estão situadas em uma área que abrange duas das dezesseis bacias hidrográficas do Paraná: Bacia do Iguaçu e Bacia do Ribeira. Embora esta área esteja localizada em uma região de clima úmido, as características naturais e o processo de urbanização corroboram com diversos fatores que contribuem para que seja vulnerável ao risco da escassez de água. Um exemplo é o fato de que alguns municípios, por estarem localizados à montante da bacia hidrográfica, ficam sujeitos à menor disponibilidade hídrica.

Segundo Lima (2000), a ocupação das áreas de mananciais na direção contrária ao que os instrumentos de planejamento territorial indicavam contribuiu para o agravamento do risco hídrico, uma vez que, ao invés dessas áreas terem sido preservadas para captação da água, foram ocupadas irregularmente. Entre outros fatos e causas desse fenômeno, podem-se citar os processos de desmatamento, a disposição inadequada de resíduos sólidos, o esgoto e efluentes não tratados e o contexto de desigualdade socioespacial, haja vista que as condições de acesso e a qualidade da água são muito díspares ao longo do território. A má gestão dos recursos hídricos também é citada como um fator de risco que corrobora com a desigualdade no acesso à água (Leitão, 2009).

Outros fatores que contribuíram para a crise hídrica em estudo são a dependência do sistema de abastecimento de água da Estação Miringuava, em São José dos Pinhais, a única do sistema que tem captação superficial (sem represa), configuração que dificulta a captação quando o nível do rio está baixo; e os regimes de chuvas terem sido afetados pela passagem do fenômeno *La Niña* em 2020 que possibilitou que o tempo ficasse seco e ensolarado, com pouca chuva. Pode-se acrescentar a esses fatores a crescente aceleração de efeitos, ainda que advindos de espaços geograficamente distantes, com alterações no clima, que agravam os outros fatores habitualmente analisados pelos sistemas de análise meteorológica.

Diante deste cenário complexo em que se configura a crise hídrica de 2020 em Curitiba e RM (nos dez municípios abastecidos pelo Saic) e da aplicação do rodízio<sup>2</sup> no fornecimento de água pela Sanepar<sup>3</sup>, iniciado em 18/03/2020, emergiu a indagação sobre como a mídia jornalística abordou o risco de escassez de água nesse conglomerado urbano. Assim, a *questão central* deste artigo se definiu: Como a crise hídrica de 2020 em Curitiba e RM foi representada pelo jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba? O objetivo principal foi analisar os enquadramentos noticiosos que este jornal utilizou sobre o risco de escassez hídrica e desabastecimento.

## 2. Sociedade de risco e a comunicação da crise hídrica

As sociedades modernas são consideradas sociedades de risco, segundo Beck (2011) visto que, ao longo do processo de urbanização e modernização, produziram-se deterioração e várias outras consequências negativas relacionadas à força da modernização e globalização. Beck (2016), em obra póstuma, também aponta que vivemos em um “mundo em metamorfose” que vai além do que ele compreende como um mundo em transformação, incluindo aí a crise climática, os riscos digitais, as relações entre nações etc. A sociedade atual tem acumulado vulnerabilidades produzidas ao longo do processo histórico que, segundo o autor, estão associadas à produção social da riqueza, o que, por sua vez, está invariavelmente relacionada à produção social dos riscos,

2 O rodízio de abastecimento de água em Curitiba e 14 cidades da Região Metropolitana começou em 17 de março de 2020, devido à estiagem que ocasionou na queda do nível dos reservatórios e da vazão nos pontos de captação. Inicialmente restrito à região Sul metropolitana, foi ampliado em 18 de maio para toda a cidade e municípios vizinhos, no modelo 1 dia sem água x 4 dias com. Em agosto, passou para 36h com água x até 36h sem. Em março de 2021, foi ajustado para 60h x 36h, retornando a 36h x 36h em agosto. Em novembro, voltou ao modelo de 60h x 36h e, em janeiro de 2022, foi alterado para 84h x 36h. Foram 649 dias de rodízio. Estima-se que o rodízio e outras medidas implementadas junto à população geraram economia de 89,8 bilhões de litros de água. O rodízio de abastecimento foi interrompido em 19 de janeiro de 2022.

3 A captação e distribuição de água em Curitiba, na RM e em grande parte dos municípios paranaenses são realizadas pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), fundada em meados de 1960. Atualmente, é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná.

processo em que a distribuição dos malefícios não se limita mais a diferenças sociais, geográficas e econômicas, ameaçando a todos sem distinção, embora de formas diferenciadas. Essa concepção pode ser entendida, de acordo com Leitão (2009), quando o autor afirma que:

Questões como o controle de armas nucleares, degradação do meio ambiente, degradação da qualidade da água e escassez das suas fontes são capazes de colocar em risco toda a sociedade, de forma global, e afetam a todos indistintamente, tanto na cidade quanto no campo (Leitão, 2009, p. 47).

À medida que questionamentos são feitos sobre a compreensão das consequências da modernidade, as quais se tornam mais universalizadas e radicais, emerge uma nova capacidade na sociedade: refletir sobre sua situação, seu desenvolvimento, seu estilo de vida e as incertezas presentes nesse processo evolutivo. Esse fenômeno denominado por Beck (2011) como modernidade reflexiva implica a sociedade moderna (e pós-moderna<sup>4</sup>) tornar-se seu próprio tema, uma vez que se preocupa com os riscos que ela mesma produz (Leitão, 2009) – ou contesta e nega esses riscos, no que se convencionou chamar de negacionismos em suas diversas manifestações – científicas, ambientais, climáticas, ideológicas etc

Na concepção de Veyret e Richemond (2007), a definição de risco está diretamente ligada à percepção de um perigo possível por um indivíduo ou grupo social que tenha sido exposto a ele, por meio de representações que os faz conviverem com a ameaça por intermédio de práticas específicas. Os riscos podem ser classificados em diferentes ordens: naturais e ambientais; industriais e tecnológicos; geopolíticos, econômicos e sociais (Veyret & Richemond, 2007). Os riscos ambientais são entendidos como uma associação entre os riscos naturais não relacionados à intervenção humana (processos físicos como terremotos, desmoronamentos, chuvas fortes, secas e estiagens) e os riscos decorrentes de processos naturais agravados por fatores antropogênicos, como a ocupação do território, deflorestamento e outras atividades humanas ligadas ao sistema produtivo dominante e a hábitos socioculturais.

Os riscos industriais estão relacionados às atividades desse setor (armazenagem de produtos tóxicos, produção e transporte de materiais perigosos) que causam apreensão pelos efeitos em cadeia pouco previsíveis e domináveis, agravados por estarem inseridas no tecido urbano. A probabilidade dos efeitos

4 Sociedade pós-moderna é um termo polêmico no âmbito das ciências sociais em geral. Neste trabalho, usamos o termo de forma pontual para marcar uma fase histórica e cultural que sucede à modernidade, marcada por transformações globais nas formas de pensar, de produzir conhecimento, de se comunicar e se organizar socialmente e, de forma intensa, marcada por um capitalismo flexível e/ou tardio. Ela é um estágio histórico também marcado pelos riscos, os mais diversos, naturais e antropogênicos, inclusive os tecnológicos, daí ser entendida como sociedade de riscos. É importante marcar que o conceito inicialmente debatido por Beck (2011) ganha intensidade no cenário contemporâneo, em especial diante da intensificação dos riscos e das vulnerabilidades causados pela crise climática e pelo agravamento das injustiças socioambientais.

de considerável amplitude ligados à disfuncionalidades de um sistema técnico e complexo corresponde ao risco tecnológico. Nessa categoria estão presentes os mais diversos riscos cotidianos, como incêndios urbanos, poluição devido à circulação de automóveis, acidentes e ondas emitidas pelas antenas de telefonia móvel; incluem-se aí atualmente os riscos digitais (Beck, 2016). A heterogeneidade do tecido urbano, a complexidade dos sistemas urbanos e a intensificação de seus fluxos são potenciais geradores de risco. Neste sentido, a complexidade das redes de abastecimento de água e a tecnologia envolvida nesse processo têm relação com o risco hídrico, objeto deste estudo.

Os riscos geopolíticos e econômicos estão relacionados ao acesso e à partilha de recursos que se traduzem em conflitos latentes ou abertos entre países, regiões ou uma cidade que, de certa maneira, se relacionam com a estabilidade política. A questão da água em regiões de escassez ilustra bem essa categoria, pois um território que vive sob essa situação pode ter suas condições sanitárias deterioradas, estagnação da produção alimentar, empobrecimento e migração da população, dentre outros efeitos que impactam as relações econômicas e que influenciam na geopolítica.

Os riscos sociais estão associados ao produto das sociedades – crescimento urbano, industrialização, formas de povoamento, densidade excessiva de bairros, periferização e favelização –, à má gestão urbana e, em grande parte, apresentam relação com riscos naturais (inundações, secas, terremotos etc). Nessa compreensão, a fragmentação do espaço é causa e consequência das desigualdades sociais, a qual está intrinsecamente ligada com os produtos da sociedade e a sua qualidade como a segurança alimentar, a saúde dos indivíduos, a qualidade dos bens consumidos e na disponibilidade de água para consumo.

Diante do exposto, é evidente que os riscos urbanos não decorrem apenas de fatos isolados ou processos objetivos e, no caso do risco hídrico, constitui a combinação de vários fatores, podendo, portanto, ser classificado como um risco híbrido (Mendonça et al., 2016), o que revela a necessidade, por uma parcela específica da população e dos locais, de medidas de prevenção e controle urgentes frente aos desastres que são decorrentes da interação entre os riscos naturais, os socioeconômicos e os tecnológicos. (Leitão, 2009)

Assim, o processo de urbanização acelerado e presente em todo o planeta, ao concentrar pessoas e atividades em espaços restritos, propicia a vulnerabilidade diante dos riscos apresentados acima, sejam eles naturais ou técnicos, sejam exógenos ou endógenos ao território. Portanto, ao se estudar questões relacionadas à água é importante considerar diversos fatores de risco, como a presença e as condições do serviço de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e coleta de resíduos), a qualidade da água, a condição e gestão dos recursos hídricos, a permanência de populações em áreas precárias de infraestrutura sanitária decorrentes da expansão urbana descontrolada e da ocupação de áreas de risco, as más condições de saúde coletiva, a degradação ambiental e a pobreza.

Cabe aqui retomar um elemento fundamental da concepção de risco de

Veyret e Richemond (2007) que contribui para o entendimento do risco hídrico, objeto deste estudo: o risco existe à medida que os indivíduos o percebem, ou seja, quando existe a percepção de um possível perigo por um indivíduo ou grupo social. É fundamental a compreensão de que no processo de reconhecimento dos riscos, eles são percebidos e experimentados de formas diferentes pelos indivíduos e sociedades. Di Giulio et al. (2010) comentam que especialistas na área de risco recomendam que o processo de *comunicação de risco* deve levar em consideração não apenas as análises técnicas, mas incluir informações relacionadas à percepção pública e às preocupações sociais e seus efeitos sobre determinado risco.

Desta maneira, tornar visíveis argumentos e propostas sobre uma situação de risco é o primeiro passo para a existência de um debate público, ou seja, o estabelecimento de um processo comunicativo entre os sujeitos (Antunes et al., 2008). Assim, a mídia social deve exercer o papel de dar visibilidade às disputas e controvérsias existentes na vida social e “se torna central para a divulgação das produções simbólicas que acontecem nos diversos campos sociais” (Antunes et al., 2008, p. 147). Atualmente parece mesmo inconteste o pressuposto de que os meios de comunicação, em seus mais variados formatos, são de extrema relevância em qualquer sociedade. Isso porque desempenham papel informativo e, em alguns casos, formativo, compondo o processo de construção de aspectos culturais (Gamson & Modigliani, 1989) – apesar dos efeitos disruptivos que algumas mídias digitais vêm provocando ao divulgarem *fake news*, discursos de ódio e negacionismos, inclusive climáticos e socioambientais. (Colatusso et al., 2024)

A partir dessa perspectiva, passa a ser inevitável compreender as diferentes mídias em uma sociedade intensamente midiaticizada como instituições no sentido sociológico, ou seja, que estão sistemicamente interligadas às estruturas sociais em uma relação de mútua determinação no interior das dinâmicas sociais (Maia, 2006). Ressalve-se que mídias digitais mais recentes por vezes escapam dessa institucionalidade social e até mesmo sejam criadas para romper com instituições tradicionais e atuar nos interstícios sociais que configuram uma sociedade marcada por uma cultura digital imperativa (Bortolazzo, 2016) e pela organização sociotécnica determinada pelas plataformas digitais (Van Dijck et al., 2018).

Cabe ainda ressaltar dois pontos sobre as mídias e o processo comunicativo: o ato de comunicar vai além da simples troca de informações. Ao realizar a mediação entre um fenômeno e seus agentes, as mídias organizam o mundo de modo próprio, ou seja, sob o seu sistema de significação e representação (Antunes et al., 2008). Nesse sentido, usando sua “gramática” e modos operatórios próprios, ao mesmo tempo em que as mídias falam da dimensão social na qual estão inseridas e mostram a realidade, elas também recontroem essa realidade social, visto que realizam uma mediação na qual sentidos e representações são apropriados e interpretados pelos sujeitos em sociedade (Antunes et al., 2008).

Assim, o que é veiculado, a forma como os conteúdos são produzidos e apresentados pelos meios de comunicação, para quem serão difundidos e as finalidades e intencionalidades da produção e consumo de conteúdos midiáticos são questões dignas de atenção, pois levam em seu cerne pistas de como podemos compreender o mundo social e as teias de significados e as relações sociais e de poder que o compõem, mapeando possíveis interesses que pautam o debate público acerca de temas de relevância social.

Os argumentos que pautam essa importância midiática vão muito além de mera especulação conspiratória de que grupos sociais que detêm o monopólio dos meios de comunicação os utilizam como instrumento de manipulação das massas para defender sua posição na estrutura social e seus interesses. De fato, em muitos casos, a compreensão que o senso comum dedica aos meios de comunicação passa pelo reconhecimento de sua parcialidade na escolha e construção da forma como seus conteúdos serão expressos. Essa premissa pode até ter fundamentação na percepção de alguns atores sociais, entretanto sua confirmação demandaria extensas pesquisas, incluindo-se aí como as redes sociais digitais e as plataformas digitais complexificaram essa questão.

Diante dos conflitos e das discussões acerca dos fatores que causaram a crise hídrica de 2020-2022 em Curitiba e RM e seus efeitos, faz-se necessário verificar como o jornal *Gazeta do Povo*, de perfil conservador, que ainda é o principal do estado do Paraná, tratou a questão, para quem deu voz e qual foi a abordagem de seus conteúdos noticiosos.

### 3. Metodologia

O empenho em compreender a escolha e construção das pautas noticiosas se apresenta como uma ferramenta de leitura do mundo social e suas relações de significados e poder. Assim, em meio a um universo de ferramentas de análise, neste artigo concentramos esforços no uso da *frame analysis* para tentar compreender como o jornal *Gazeta do Povo*, que se apresenta apenas em plataforma digital desde maio de 2017, abordou o tema da crise hídrica em Curitiba e Região Metropolitana no ano de 2020. A eleição desse veículo de comunicação deve-se ao fato de ser o jornal mais acessado no estado do Paraná, ainda que, a par de sua digitalização, tenha dado uma guinada política para a extrema direita, defendendo pautas conservadoras e ideologias discriminatórias em termos de gênero e outras diversidades sociais. (Nunes, 2022).

Os estudos de enquadramento têm sua gênese em meados da década de 1970 com o sociólogo Erving Goffman que, inspirado na fenomenologia, começa a sistematizar algumas possibilidades para a definição do conceito de *frame*. A noção de enquadramento revela-se central na análise dos processos de construção da realidade social ao oferecer um referencial para a interpretação dos eventos e interações. Nesse sentido, segundo Goffman:

Enquadramentos são quadros de referência geral, construídos socialmente, que são acionados pelas pessoas para dar sentido aos eventos e às situações sociais. [...]

Dessa forma, os enquadramentos auxiliam as pessoas na própria ordenação da realidade percebida, na medida em que tornam cognoscíveis uma infinidade de eventos que dificilmente seriam processados caso não se recorresse ao *framing*. Assim, o ato de enquadrar é visto como a forma como os atores sociais agem e interagem para criar formas organizadas de entendimento do mundo. (Goffman, 1974, conforme citado em Vimieiro & Dantas, 2009, p. 3).

Segundo a linha de pensamento do autor, o repertório de enquadramentos de um indivíduo seria construído durante toda sua vida, ao longo de seu processo de socialização com auxílio dos grupos e instituições sociais pelos quais transita. O enquadramento seria, então, uma lente de percepção e entendimento da realidade à nossa volta – uma ferramenta de organização que orientaria a conduta dos indivíduos ao auxiliá-los a “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (Goffman, 1974, p. 21, conforme citado em Vimieiro & Dantas, 2009, p. 3).

Nesse sentido, o pensamento de Goffman se aproxima da tradição fenomenológica que tenta compreender a construção do conhecimento científico a partir da experiência dos indivíduos no mundo, da consciência imediata sobre as coisas e os fenômenos. Para Merleau-Ponty (1999), é a partir da experiência que os indivíduos percebem-se e concebem o mundo, antes mesmo de qualquer formulação científica acerca dos fenômenos. Ou seja, as percepções individuais antecedem o número, à medida, ao espaço, à causalidade.

As análises sociológicas encabeçadas por Goffman não foram as únicas a contribuir para a construção e consolidação dos estudos sobre enquadramento; as correntes da psicologia cognitiva ocupam papel relevante nesse processo, marcadas principalmente pelas análises desenvolvidas por Kahneman e Tversky (1984) que se dedicaram a entender como “distintas formas de apresentação de cenários essencialmente idênticos influenciam as escolhas das pessoas e suas avaliações sobre as alternativas disponíveis” (Vimieiro & Dantas, 2009, p. 3).

A partir das construções teóricas desses autores desenvolvem-se dois enfoques analíticos de enquadramento principais:

- i) um mais centrado na forma de apresentação, enquadramento e disposição do conteúdo, dando atenção aos recursos visuais e verbais mobilizados;
- ii) e outro que tem como motivação a compreensão dos enquadramentos como uma síntese de todo o processo de construção de sentidos e símbolos que adota como ponto de partida a cultura (Carvalho, 2000; Vimieiro & Dantas, 2009).

Não obstante o enfoque cultural demande uma abordagem mais aprofundada devido a sua complexidade e relevância para as análises de enquadramento, pois traçam um paralelo dos *frames* enquanto “esquemas interpretativos, chaves de sentido, que organizam as interpretações coletivas ao associar elementos da realidade social”. (Vimieiro & Dantas, 2009, p. 5), para a realização

deste trabalho mobilizaremos o primeiro enfoque<sup>5</sup> – enquadramento com foco na forma e disposição do conteúdo, que tem em Robert Entman seu grande expoente. O autor argumenta que:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e relevância. Para tanto, é preciso selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicando, de forma a promover uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito. (Entman, 1993, p. 52).

Segundo o autor, o *frame*, enquanto seleção de aspectos centrais da vida social seria compreendido como uma ideia central com função, e até mesmo poder, de organizar, classificar, diagnosticar, recomendar a realidade, promovendo uma interpretação causal e/ou uma avaliação moral acerca dela a partir da repetição, da associação reforçada e da focalização trabalhadas no texto. Ou seja, é a partir do enquadramento que são propagadas definições, perspectivas particulares acerca de um determinado problema ou assunto e, nesse sentido, a seleção e a saliência de aspectos específicos, em detrimento de outros, cumprem o papel de promover interpretações e avaliações.

Nesse aspecto, fica evidente a aproximação desse enfoque à corrente da psicologia cognitiva, uma vez que ambas partem da premissa de que a forma de apresentar um cenário ou realidade pode influenciar as escolhas das pessoas ou gerar interpretações causais e avaliações morais.

Isto posto, neste trabalho utiliza-se a análise de conteúdo (Bardin, 2016) para a construção de categorias analíticas a partir da frequência de ocorrência de determinadas temáticas no corpo do texto das notícias, para, posteriormente, identificar o enquadramento dado à crise hídrica em Curitiba e RM em 2020, bem como suas perspectivas mais salientes, em notícias publicadas no jornal *Gazeta do Povo*, com base em trabalho de Loose et al. (2014).

A seleção das matérias foi realizada a partir de buscas direcionadas no *site* do jornal<sup>6</sup>, respeitando o recorte temporal do ano de 2020, e com o auxílio das seguintes palavras-chave: crise hídrica, rodízio de água, racionamento de água, corte de abastecimento, estiagem e seca. A partir desses critérios foram coletadas 65 matérias que se referem direta ou indiretamente ao tema da crise hídrica em Curitiba e RM.

A coleta levou em conta três elementos estruturais do texto: i) o título, considerado como enquadramento muito forte; ii) o *lead*, considerado como enquadramento forte, e; iii) o corpus do texto, para considerar o macroenquadramento (ver Tabela 1).

É preciso sublinhar que o grau de força apontado para cada aspecto da notícia, título/linha de apoio e *lead*, correspondentes a muito forte e forte, está associado à lógica

5 Para saber mais sobre o enfoque cultural sobre enquadramentos ver: Gamson e Modigliani (1989), Gitlin (1980), Maia et al. (2008).

6 Endereço eletrônico do jornal *Gazeta do Povo*: <https://www.gazetadopovo.com.br/>

**Tabela 1** Indicadores de macroenquadramento.

Macroenquadramento	Descrição
Político	Voltado para questões relacionadas à gestão do problema, em que os atores sociais envolvidos debatem e divulgam ações sobre o que fazer em relação à crise hídrica ou ainda o que deveria ter sido feito ou o que está sendo feito pelo Estado e instituições relacionadas ao tema da água. Também enquadraram-se neste indicador manifestações de reivindicações sociais sobre o enfrentamento do problema.
Econômico	Casos nos quais as oportunidades de negócio e/ou investimento ou os cálculos de prejuízos em relação à crise hídrica é o aspecto central da notícia. Quando a matéria fala sobre destinação de recursos de enfrentamento dos fatores relacionados às causas da crise.
Técnico/científico	Notícias que partem de divulgação de estudos e pesquisas e/ou ainda com fontes oriundas de órgãos técnicos, dando ênfase às preocupações típicas deste lugar de fala.
Ambiental	No qual a ocorrência e a intensificação dos eventos extremos (falta de chuva, fenômenos climáticos como <i>La Niña</i> , <i>El Niño</i> ), crise climática, corrobora com as previsões dos cientistas e estudiosos sobre crise hídrica, ainda que a ciência não consiga estabelecer a ligação efetiva entre o acontecimento isolado e a crise hídrica.

FONTE: as autoras, a partir de Painter (2013) e Loose et al. (2014).

jornalística e à sua hierarquização (na qual as principais informações aparecem primeiro) (Loose et al., 2014, p. 147).

A análise do conteúdo do título e do *lead*<sup>7</sup> foi orientada segundo os enquadramentos a seguir, também baseados na classificação das autoras acima citadas e adaptados para a questão das notícias sobre escassez hídrica/risco: foco textual nos efeitos ou consequências do fenômeno como perigo calculável ou acontecimento previsível; ênfase em riscos explícitos ou implícitos; enfrentamento (ações): trata de ações ou propostas de prevenção, mitigação ou adaptação; responsabilização dos atores sociais: quem deve ou deveria se mobilizar para enfrentar a crise hídrica; e aqueles que se opõem a adotar medidas nesse sentido; outros: conteúdo que fazem referência à crise hídrica de maneira secundária (Loose et al., 2014).

O *corpus* do texto, por sua vez, compôs as análises de macroenquadramentos que correspondem à principal abordagem adotada na notícia e, em um primeiro momento, foram coletados com base nos seguintes indicadores construídos a partir da literatura trabalhada neste artigo, com algumas adequações e aderência ao tema em questão.

A partir do corpo do texto também foi analisada a profundidade das informações apresentadas nas matérias sobre crise hídrica. Para tanto, foram classificadas como informações com enquadramento episódico quando apenas se detinham ao relato de um fato, sem qualquer contextualização da questão tratada ou explicações detalhadas; ou enquadramento temático, quando a abordagem do tema é feita de maneira mais detalhada, com maior contextualização, profundidade e riqueza de informações (Iyengar, 1991).

Na seção a seguir, serão apresentados os dados coletados a partir de 65 no-

<sup>7</sup> O *lead* é um elemento do texto jornalístico, em geral o primeiro parágrafo, sendo a abertura da notícia, que cumpre a função de apresentar de modo sintético as informações mais relevantes sobre o tema tratado ao longo de todo o corpo da notícia (Loose et al., 2014).

tícias publicadas entre os dias 19 de março e 28 de dezembro de 2020 que tinham relação com o tema da crise hídrica em Curitiba e RM.

#### 4. Resultados e análise

Nessa primeira sessão, serão apresentados os enquadramentos encontrados nos títulos e *leads* das 65 notícias avaliadas. É a partir da análise desses dois elementos textuais que os enquadramentos das notícias serão determinados como *muito forte*, caso o tema seja referenciado no título, e *forte*, caso seja objeto do *lead*.

Tanto o título quanto o *lead* ocupam lugar de destaque na construção e apresentação da notícia, pois são responsáveis por dar relevância e saliência a determinados aspectos do relato (Entman, 1993). Além do mais, o título e o *lead* são as primeiras informações comunicadas ao leitor e, em muitos casos, é a partir da construção e das informações ali disponíveis que os leitores decidem se dão prosseguimento ou interrompem a leitura.

A Figura 1 abaixo mostra a distribuição das 65 notícias atreladas ao tema da crise hídrica que foram publicadas na *Gazeta do Povo* no recorte estabelecido:

Conforme já exposto, as categorias de análise utilizadas para identificar os enquadramentos utilizados nos títulos e *leads* foram as seguintes: risco, responsabilização, enfrentamento e outros.

Dos títulos analisados, o enquadramento acerca de ações promovidas para o enfrentamento da crise hídrica foi o mais recorrente (44,6%), sendo que a principal medida promovida para a mitigação dos impactos causados pela escassez de água foi o rodízio no abastecimento.

O rodízio como medida de enfrentamento foi seguido de soluções de curto prazo como busca por água para o abastecimento em lugares alternativos, como as Cavas do Iguaçu, o lago de pedreira desativada; o reforço nas técnicas e aparato institucional para o monitoramento da seca, com a criação de salas de crise sobre a estiagem no Paraná pela ANA; e, por fim, o desenvolvimento de estratégias a longo prazo que visam evitar a recorrência da escassez na

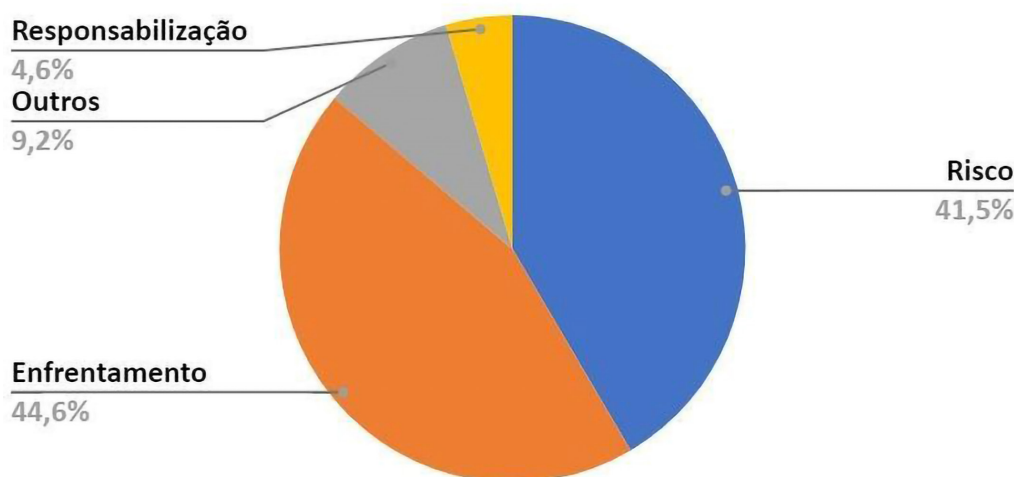


Figura 1  
Recorrências dos enquadramentos apresentados nos títulos.

região, como a discussão sobre normas de reúso da água no Paraná, a transposição de rios, a criação de corredor ecológico no Rio Iguaçu para aumentar a reserva hídrica, o plantio de árvores como estratégia para evitar novas crises de falta de água e a criação de novos parques para lazer e reserva estratégica de água.

Enquadramentos com referências aos riscos representados pela crise hídrica também foram muito presentes nos títulos das notícias analisadas (41,5%), sendo que a maioria faz alusão aos efeitos ou consequências da falta de chuvas na região como a seca, a baixa histórica nos níveis dos reservatórios.

Destaca-se que de todas as notícias coletadas somente duas apresentaram enquadramento muito forte de responsabilização (4,6%) da crise hídrica que Curitiba e RM enfrentaram em 2020, sendo que uma delas fez referência ao papel e aos investimentos feitos pela Sanepar, e outras sobre o aumento do consumo de água em apenas dois dias sem rodízio.

Quanto aos títulos enquadrados na categoria outros, esses faziam referência a temas como geração de energia, sobre contaminação de água no Rio Iguaçu e sobre a suspensão do rodízio no abastecimento.

A Figura 2 apresenta as recorrências dos enquadramentos apresentados nos *leads*, de acordo com a mesma classificação utilizada para os títulos das notícias (risco, responsabilização, enfrentamento e outros).

Ao seguir a tendência dos títulos, as recorrências mais fortes presentes nos *leads* relacionavam-se aos enquadramentos de enfrentamento e risco. Percebeu-se forte convergência entre os conteúdos e *frames* dos títulos e *leads*, pois, dos 24 *leads* classificados com enquadramento de enfrentamento somente um não tinha título com o tal enquadramento. A mesma inclinação foi identificada em relação ao enquadramento de risco dos *leads* analisados.

Como apontado anteriormente, o macroenquadramento compreende uma leitura de toda a estrutura da notícia, considerando todos os seus elementos e avaliando qual fica mais evidente na análise do todo. As categorias analíticas de macroenquadramento utilizadas para classificar as notícias foram

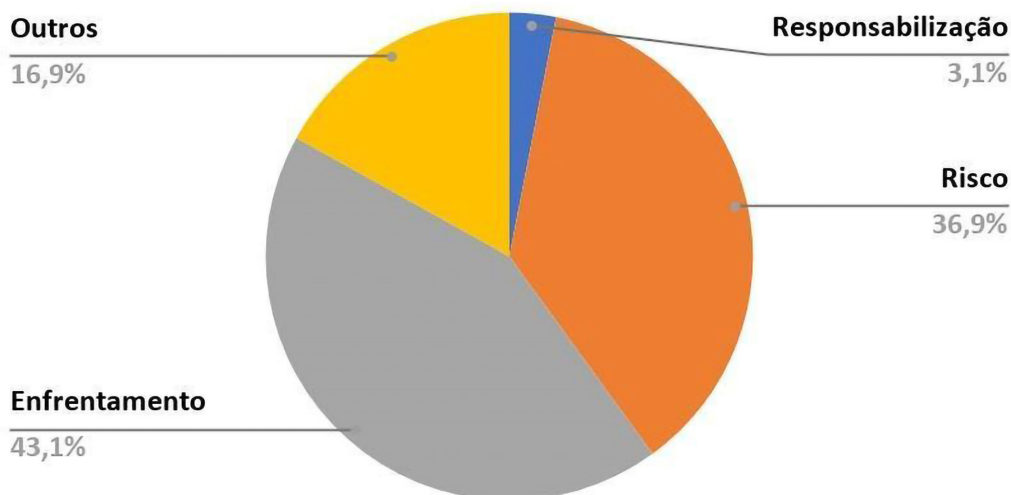


Figura 2  
Recorrências dos enquadramentos apresentados nos *leads*.

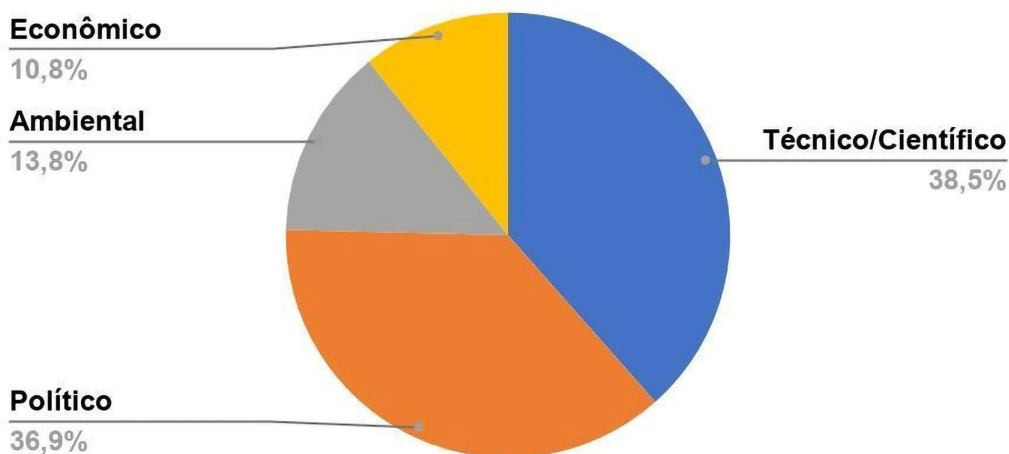
as seguintes: Técnico/Científico, Econômico, Político e Ambiental. A Figura 3 mostra a distribuição dos macroenquadramentos das notícias atreladas ao tema da crise hídrica.

O macroenquadramento mais recorrente nas notícias sobre a crise hídrica em Curitiba e RM foram técnicos/científicos, isso quer dizer que cumpriam a função de divulgação de estudos e pesquisas sobre o tema, difundindo relatórios e dados de fontes oriundas de órgãos técnicos, principalmente da Sanepar e do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar), mas também de professores universitários e especialistas sobre o tema. As informações eram majoritariamente referentes à capacidade hídrica e ao volume dos reservatórios, aos índices pluviométricos, às taxas de consumo e à economia com o rodízio.

Os macroenquadramentos políticos também foram muito recorrentes. Esses, por sua vez, relacionam-se, principalmente, a ações e negociações de enfrentamento que demandavam posicionamento político, como a prorrogação de decretos de calamidade hídrica, a discussão sobre normas de reúso da água e sobre medidas que estavam sendo planejadas como resposta imediata e de longo prazo para que essa situação excepcional não se torne uma regra.

Com menor recorrência que os anteriores, o macroenquadramento ambiental foi verificado nas discussões em notícias mais qualificadas em termos de fontes sobre a crise hídrica. Isso porque em sua maioria foram consultados como fontes professores universitários, especialistas, consultores externos que aprofundaram e trouxeram novos elementos para as análises, superando a barreira do discurso meramente técnico dos níveis atuais de água nas represas e travando discussões em perspectiva e comparações históricas, com informações diversificadas que fazem um alerta sobre a seca e sua relação com as alterações climáticas e seus efeitos, e sobre estratégias que sejam efetivas para solucionar o problema e evitar novas crises, como o plantio de árvores (Gonçalves, 2020) e a prática da agricultura sustentável (Lass, 2020).

Enfim, as notícias com macroenquadramento econômico sobressalente, ou seja, que tomam como foco as oportunidades de negócio e/ou investimento ou os cálculos de prejuízos em relação à crise hídrica, assim como a desti-



**Figura 3**  
Recorrências dos macroenquadramentos.

nação de recursos de enfrentamento foram menos recorrentes e abordam o aumento na venda de reservatórios de água e a suspensão da compra de água em caminhão-pipa por furar rodízio.

Ao total foram identificados doze grupos de atores sociais: gestores da Sanepar; comerciantes e empresários; dirigentes e técnicos de outras instituições governamentais; gestores do Simepar; políticos; professores universitários, especialistas, consultores; técnicos da Sanepar; agentes de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos, gestores); secretários municipais de Meio Ambiente; secretários municipais de Saúde; secretário estadual de Meio Ambiente; e moradores em geral. Deste conjunto, foi possível identificar o conteúdo predominante de oito grupos. Na Tabela 2, são apresentados os atores sociais presentes nas notícias analisadas, bem como a abordagem predominante em suas falas.

Em linhas gerais, as falas políticas e oficiais que justificavam a crise hídrica e de abastecimento a partir de perspectivas ambientais, tecnológicas, estruturais, de planejamento e gestão foram proferidos majoritariamente por diretores, gerentes e coordenadores da Sanepar, também responsáveis pela maior parte das abordagens de caráter educativa e orientadora (75%), com recomendações sobre como economizar água e os dias e horários dos rodízios; e falas de caráter político e oficial, expondo posicionamentos da Sanepar e justificativas institucionais para as medidas de enfrentamento adotadas.

Ao enfatizarem comportamentos individuais e domésticos, tais falas tendem a responsabilizar os setores sociais pela degradação e exploração. Essa estratégia retórica desvia o foco de debates estruturais mais amplos, como o uso intensivo da água por grandes empreendimentos e a gestão desigual dos recursos hídricos, invisibilizando os reais vetores da crise.

Em sua maioria, coube aos técnicos da Sanepar falas mais voltadas para advertir os interlocutores sobre a urgência da necessidade da ampla adoção de medidas de racionamento de água, bem como para orientar a população sobre as medidas de racionamento cabíveis.

Dirigentes e técnicos de outras instituições governamentais e professores universitários, especialistas, consultores, principalmente esse segundo grupo,

**Tabela 2** Atores Sociais e abordagens discursivas predominantes.

<b>Atores</b>	<b>Outros</b>	<b>Advertência</b>	<b>Educativo/orientativo</b>	<b>Político e oficial</b>	<b>Técnico</b>
Diretores, gerentes, coordenadores da Sanepar	0,0%	28,6%	75,0%	50,0%	35,3%
Comerciantes e empresários	75,0%	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%
Dirigentes e técnicos de outras instituições governamentais	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	17,6%
Gerentes, coordenadores e técnicos do Simepar	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	8,8%
Políticos	25,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%
Professores universitários, especialistas, consultores	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	23,5%
Técnicos da Sanepar	0,0%	57,1%	12,5%	0,0%	14,7%

cumpriram a função fundamental de promover o debate técnico mais aprofundado sobre a questão da crise hídrica, fomentado com informações de pesquisas científicas. As falas de atores políticos, por sua vez, foram pouco recorrentes e estavam associados aos decretos de calamidade hídrica e aos usos da crise hídrica como estratégias de campanha. Finalmente, comerciantes e empresários compuseram falas associadas às oportunidades geradas pela crise hídrica, como o aumento exponencial na procura por caixas d'água e caminhões-pipa.

Por fim, a última análise proposta neste trabalho foi a de verificar qual o aprofundamento ao tema da crise hídrica e seus desdobramentos que as notícias analisadas traziam. Para tanto, mobilizamos as categorias analíticas de Iyengar (1991): macroenquadramento episódico e temático. Seguindo a tendência já assinalada acima, houve uma predominância dos macroenquadramentos episódicos (66,2%) sobre os temáticos (33,8%). Conforme explica o autor, “a diferença essencial entre o enquadramento episódico e temático é que o enquadramento episódico retrata acontecimentos concretos, enquanto o enquadramento temático apresenta evidências coletivas ou gerais” (Iyengar, 1991, p. 14).

Nesse sentido, as notícias que apresentavam macroenquadramento episódico eram mais pontuais, se detendo a transmitir uma informação sem aprofundamento, como as datas e os bairros em que o rodízio seria implementado naquela semana. Já os macroenquadramentos temáticos apresentaram abordagens sobre temas relevantes considerando a crise hídrica, como fenômenos ambientais que impactam nos ciclos de chuva e calor (*La Niña, El Niño*).

## 5. Considerações finais

Um período de seca prolongada como a que ocorreu em Curitiba e RM em 2020-2022, que acarretou em desabastecimento dos reservatórios e no racionamento de água, se configura como um risco climático porque representa um impacto significativo causado por uma ameaça climática que é a redução da precipitação ao longo do tempo. Esse cenário demonstra a interação entre a ameaça (escassez hídrica), a exposição (a dependência da cidade em fontes de abastecimento vulneráveis) e a vulnerabilidade (falta de infraestrutura ou de políticas eficazes para garantir o abastecimento, em especial nos bairros periféricos, cuja população pobre e com pouca disponibilidade de armazenamento doméstico).

Diante dos dados apresentados sobre as notícias relacionadas à esta crise hídrica veiculadas pelo jornal *Gazeta do Povo* no ano de 2020, ficou evidente que os enquadramentos das notícias analisadas enfatizam mais o enfrentamento e os riscos associados somente a questões naturais (risco ambiental), apesar de não promoverem o debate sobre as medidas de controle dos efeitos das mudanças climáticas, deixando aquelas relacionadas a elementos tecnológicos e sociais/econômicos em segundo plano.

Parece sintomático de uma cobertura que, além de não nomear os responsáveis pela crise hídrica, ainda torna a saída “mais fácil”: a de delegar as causas a esse ente abstrato que seria a natureza, sem que a essas causas fossem acrescentadas a interferência da sociedade que degrada e “desregula” os entes e fenômenos naturais.

Combinadas, as maiores porcentagens das categorias utilizadas para as análises de macroenquadramento (técnico-científico) com as de aprofundamento do conteúdo das notícias (episódico), pode-se inferir que a abordagem da crise hídrica pelo jornal, ao mesmo tempo que apresentou posicionamento técnico e dados científicos, não conseguiu abordá-la de forma abrangente.

A abordagem trouxe apenas fatos de curto prazo (passados ou futuros), deixando escapar importantes aspectos históricos, políticos e sociais, nem mesmo citando algum tipo de relação com o fenômeno global/local da crise climática que no período em análise se encontrava em pleno processo de aceleração, conforme dados do IPCC e de pesquisadores brasileiros.

As raras menções sobre os efeitos da crise hídrica podem sugerir que o único fato concreto relacionado ao fenômeno é a falta de água na torneira, e que o ambiente, a vida cotidiana e as relações econômicas não têm influência ou responsabilidades sobre o processo.

Tanto na análise dos títulos quanto dos *leads*, dificilmente se fala em responsabilização, e a Sanepar pouco aparece como um ator que compõe historicamente o processo. Além disso, as pessoas e comunidades afetadas não foram entrevistadas e, portanto, seu ponto de vista não é apresentado nas matérias, indicando que o jornal não abarca a experiência e os saberes populares na comunicação do risco hídrico.

No mapeamento dos agentes que aparecem nas matérias, em grande parte, a voz é dada aos dirigentes de órgãos públicos e, em menor medida, aos técnicos, evidenciando a abordagem técnico-científica do jornal, com pouco conteúdo socioambiental e este, quando presente, é apresentado por algum agente menos destacado ao longo do recorte temporal.

Pode-se concluir, com base na análise realizada, que a cobertura do maior jornal de Curitiba e RM reduziu a crise hídrica a um evento advindo de causas naturais, não dando ênfase a aspectos de governança hídrica, não mencionando as possíveis interferências das mudanças climáticas em aceleração, nem valorizou a experiência social na comunicação do risco socioambiental.

## Referências

- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2019). *Manual de usos consuntivos da água no Brasil*. ANA. [http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/central-de-publicacoes/ana\\_manual\\_de\\_usos\\_consuntivos\\_da\\_agua\\_no\\_brasil.pdf](http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/central-de-publicacoes/ana_manual_de_usos_consuntivos_da_agua_no_brasil.pdf)
- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (2024). *Manual de usos consuntivos da água no Brasil* (2a ed.). ANA. [https://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/central-de-publicacoes/ana\\_manual\\_de\\_usos\\_consuntivos\\_da\\_agua\\_no\\_brasil.pdf/view](https://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/central-de-publicacoes/ana_manual_de_usos_consuntivos_da_agua_no_brasil.pdf/view)

- Antunes, E., Fonseca, A. C. S., & Mafra, R. L. M. (2008). Projeto Manuelzão e a extensão em comunicação, um constante aprendizado. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, 1(3), 136–157. <https://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/107>
- Barbosa, C. C. F., Novo, E. M. L. M., & Martins, V. S. (2019). *Introdução ao sensoriamento remoto de sistemas aquáticos: Princípios e aplicações*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bastos, C. C., & Ferreira, N. J. (2005). *Análise climatológica da alta subtropical do Atlântico Sul*. [http://mtc-m16b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1915/2005/03.15.19.20/doc/Bastos\\_Analise%20climatologica.pdf](http://mtc-m16b.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/iris@1915/2005/03.15.19.20/doc/Bastos_Analise%20climatologica.pdf)
- Beck, U. (2011). *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*. Editora 34.
- Beck, U. (2016). *The metamorphosis of the world*. Polity Press.
- Bortolazzo, S. F. (2016). O imperativo da cultura digital: entre novas tecnologias e estudos culturais. *Cadernos de Comunicação*, 20(1). <https://doi.org/10.5902/2316882X22133>
- Brasil. (1997). *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997: Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm)
- Carvalho, A. (2000). Opções metodológicas em análise de discurso: Instrumentos, pressupostos e implicações. *Comunicação e Sociedade*, 2, 143–156. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1390](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1390)
- Colatusso, V. de C. W., Massarani, L., Del Vecchio-Lima, M. R., Alves, M., & Oliveira, T. M. (2024). A construção do conhecimento sobre mudanças climáticas em grupos negacionistas do Telegram no Brasil. *Observatório (OBS\*)*, 18(4). <https://doi.org/10.15847/obsOBS18420242543>
- Companhia de Saneamento do Paraná. (2013). *Plano diretor SAIC: Sistema de abastecimento de água integrado de Curitiba e Região Metropolitana*. Sanepar. <http://site.sanepar.com.br/arquivos/saicplanodiretor.pdf>
- Di Giulio, G. M., Figueiredo, B. R., Ferreira, L. C., & Anjos, J. A. S. A. dos. (2010). Comunicação e governança do risco: A experiência brasileira em áreas contaminadas por chumbo. *Ambiente & Sociedade*, 13(2), 283–297. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000200005>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95(1), 1–37. <https://www.jstor.org/stable/2780405>
- Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. University of California Press. <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=1811248>
- Gonçalves, A. (2020). *Plantio de árvores vira estratégia “urgente” para evitar novas crises de falta de água*. Gazeta do Povo. <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/plantio-arvores-contrafalta-de-agua/>
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2014). *Climate change 2014: Synthesis report*. IPCC.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2022). *Climate change 2022: Impacts, adaptation and vulnerability*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009325844>
- Iyengar, S. (1991). *Is anyone responsible? How television frames political issues*. University of Chicago Press.

- Jacobi, P. R., Cibim, J. C., & Souza, A. N. (2015). Crise da água na Região Metropolitana de São Paulo – 2013/2015. *GEOUSP Espaço e Tempo*, 19(3), 422–444. <https://doi.org/10.11606/jissn.2179-0892.geousp.2015.104114>
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1984). Choices, values, and frames. *American Psychologist*, 39(4), 341–350. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.39.4.341>
- Lass, M. E. (2020, 09 de abril). *Águas de março? Seca histórica alerta para falta de retenção da chuva em Curitiba*. *Gazeta do Povo*. <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/especialista-rodizio-agua-curitiba-curto-prazo/>
- Leitão, S. A. M. (2009). *Escassez de água na cidade: Riscos e vulnerabilidades no contexto da cidade de Curitiba/PR* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná]. <https://hdl.handle.net/1884/24200>
- Lima, C. de A. (2000). *Ocupação de área de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: Do planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná]. <https://hdl.handle.net/1884/64837>
- Loose, E., Del Vecchio-Lima, M. R., & Carvalho, A. (2014). Estudo dos enquadramentos sobre mudanças climáticas no jornal brasileiro *Gazeta do Povo*. In Z. Pinto-Coelho & N. Zagalo (Orgs.), *Comunicação e cultura: III Jornadas Doutorais* (pp. 139–156). CECS/Uminho. [https://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/1954/1878](https://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1954/1878)
- Maia, R. C. M. (2006). Mídia e vida pública: Modos de abordagem. In R. C. M. Maia & M. C. P. E. Castro (Orgs.), *Mídia, esfera pública e identidades coletivas* (pp. 11–46). Editora UFMG.
- Maia, R. C. M., Diniz, A. D. O., Leão, A. V., Santos, D. B., Oliveira, V. V., & Guimarães, V. R. (2008). *Mídia e enquadramentos em ambientes competitivos: Troca pública de razões*. In *Anais da V Jornada de Comunicação e Democracia*. UFBA.
- Mendonça, F., Cunha, F. C. A., & Luís, G. C. (2016). Problemática socioambiental urbana. *Revista da ANPEGE*, 12(18), 325–346. <https://doi.org/10.5418/RA2016.1218.0017>
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (2a ed.). Martins Fontes.
- Nunes, A. de F. (2022). *A cobertura da editoria de educação diante da migração para uma plataforma jornalística digital: O caso do jornal Gazeta do Povo (PR)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/77816/R%20-%20D%20-%20ANDRE%20DE%20FREITAS%20NUNES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Painter, J. (2013). *Climate change in the media: Reporting risk and uncertainty*. I. B. Tauris.
- Tundisi, J. G., & Tundisi, T. M. (2015). As múltiplas dimensões da crise hídrica. *Revista USP*, 106. <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/109780/108286>
- Van Dijck, J., Poell, T., & Wall, M. de (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.
- Veyret, Y., & Richemond, N. M. (2007). Definições e vulnerabilidades do risco. In Y. Veyret (Org.), *Os riscos: O homem como agressor e vítima do meio ambiente* (pp. 25–46). Contexto.
- Vimieiro, A. C., & Dantas, M. (2009). Entre o explícito e o implícito: Proposta para a análise de enquadramentos da mídia. *Lumina*, 3(2). [https://www.academia.edu/1046755/Entre\\_o\\_expl%C3%ADcito\\_e\\_o\\_impl%C3%ADcito\\_proposta\\_para\\_a\\_an%C3%A1lise\\_de\\_enquadramentos\\_da\\_m%C3%ADdia](https://www.academia.edu/1046755/Entre_o_expl%C3%ADcito_e_o_impl%C3%ADcito_proposta_para_a_an%C3%A1lise_de_enquadramentos_da_m%C3%ADdia)